

Renegociação da dívida é tarefa para um empresário

Xisto Bahia Filho

Associo dois fatos:
1º — Há praticamente um consenso nacional sobre a necessidade de o país retomar seu desenvolvimento. O que pressupõe uma nova renegociação da dívida externa, no sentido de se obter expressiva dilatação nos prazos de pagamentos do principal e de se reduzir o montante das parcelas do serviço; e não apenas, como até agora, visando a aportes emergenciais de curto prazo, consumidos pela própria amortização da dívida — círculo vicioso, que não nos deixa saldos para o indispensável investimento interno.

2º — O empresariado brasileiro, gerador de riquezas e principal empregador, nestes últimos três anos vem continuamente se manifestando no sentido de reivindicar uma maior participação nas decisões econômicas que o afetam diretamente, afetando a todo o país. Neste período, todos os documentos emanados de suas entidades de classe repisam, cada vez com maior veemência, esta justa pretensão.

É a partir da associação destes dois fatos, e apoiado em exemplos da História universal e de nossa própria História, que baseio meu raciocínio, antecipando sua consequência final sob a forma de uma pergunta-sugestão:

— Por que não confiar a um empresário a missão desse renegociação?

Na História Universal, encontramos inúmeros exemplos de homens de negócios a quem foram confiadas gestões comerciais de seus países. Até antes de Mecenas, cujo valimento com o Imperador Augusto não decorria apenas de seu apreço pela Arte e a Cultura.

Em nossa História recente, durante o importante período getulista, impulsionador de nossa industrialização, também tivemos um homem assim: Valentim Bouças — empresário que se tornou um verdadeiro ministro sem pasta, que conduziu a bom termo diversas negociações da dívida externa e que é, hoje, nome respeitado por todos os estudiosos de nossa economia.

E que não se diga que “os tempos eram outros e as soluções mais fáceis”. Ao contrário, guardadas as proporções, os problemas da nossa dívida externa pós-30 eram até mais difíceis que os atuais — as potencialidades do Brasil de então, sua importância geopolítica, sua credibilidade internacional eram muito menores do que hoje.

Certos pressupostos devem compor o perfil do empresário que sugerimos:

a) Desfrutar de excelente conceito junto a seus pares e perante a comunidade nacional.

b) Não deve ser um banqueiro. Por motivos óbvios.

c) De preferência, não deve exercer militância político-partidária.

Apenas a título de exemplo, citarei alguns nomes: no Rio, João Donato, Presidente da Firjan, empresário da construção naval; em São Paulo, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Presidente da FIESP, e Antônio Ermírio de Moraes, superintendente de nosso maior conglomerado industrial. Com o talvez inconveniente de ser também Senador pelo PDS, outro nome excelente é o de Albano Franco; empresário de atividades diversificadas, de alta sensibilidade social, e presidente da Confederação Nacional da Indústria, entidade máxima do nosso empresariado industrial. São Homens maduros, que já demonstraram sua mentalidade de serviço, aos quais o Governo pode confiar, sem nenhum risco de inconfidência, todos os detalhes para negociações tão delicadas.

Os nomes aqui citados são apenas exemplos. Outros muitos existem, à altura da tarefa — que qualquer empresário brasileiro receberá como alta honra e rara oportunidade de servir ao seu país.

As vantagens dessa indicação me parecem decisivas: atenderia ao anseio de participação do empresariado nacional e, portanto, teria todo o seu apoio; poria frente aos nossos credores um homem de negócios, com todo o corolário de respeito que essa condição assegura; daria um certo *refresco* à equipe econômica do Governo, que deve estar vivendo dias de terríveis tensões, tentando o melhor lá fora, enquanto cada vez se desgasta mais aqui; finalmente, seria uma demonstração daquela política com P maiúsculo, suprapartidária, a que se referiu o Presidente Figueiredo em recente declaração.

Após este novo Valentim Bouças indicado, eu lhe daria uma única recomendação básica:

— Leve os credores a considerarem o nosso RCI. Faça-os compreenderem nossa imprescindibilidade do RCI. E defina o RCI como “Retenção para o Crescimento Indispensável”.

Aqui, alguns poderão dizer que é um mero truque semântico. Mas o conhecimento do mundo também é um fenômeno semântico: e as boas definições clareiam os conceitos e os levam a serem mais facilmente aceitos. Lá fora, vão entendê-lo bem.

RCI — Retenção para o Crescimento Indispensável —, a ser efetivada por dilatação expressiva nos prazos de pagamento dos principais e por expressivas reduções nas amortizações do serviço, numa combinação harmoniosa, elaborada a partir de um criterioso levantamento de nossas necessidades de investimento interno. Nossos credores compreenderão. Mais ainda se portarmos, como bandeira, recentes afirmações de George Shultz, Secretário de Estado Norte-Americano, que transcrevo na essência, sem literalidade:

“Os países em desenvolvimento devem ajustar suas economias. Mas este ajuste não pode ser feito em detrimento de seus indis-

pensáveis crescimentos, sob pena de graves consequências sociais.”

E isto mesmo. Precisamos, a cada ano, dar emprego a cerca de um milhão e meio de jovens que ingressam em nosso mercado de trabalho. Precisamos de um mercado interno forte, até mesmo para podermos oferecer uma contrapartida às nossas exportações. O Brasil não suportará, não tem condições de saúde econômica para suportar mais de três anos de recessão. O risco desse tratamento assim radical, em nosso caso, é a convulsão social, de consequências imprevisíveis.

E ninguém quer isto. Nem nosso governo, nem nossos empresários, nem nossos políticos, nem nosso povo — nem os nossos credores.

Nossos potenciais são imensos, mas precisam ser reativados. A nomeação, como ministro sem pasta, de um novo Valentim Bouças para a renegociação da dívida externa pode ser um passo firme para a saída da atual crise. Saída por que todos ansiamos.

Xisto Bahia Filho, escritor e publicitário, foi Diretor de Planejamento da Standard, Ogilvy & Mather e Diretor de Criação da Internacional Advertising Service e da J.M.M. Publicidade. Atualmente, é assessor especial da presidência do grupo Continnac. Carioca, 52 anos. Mora no Flamengo, Rio.

Os artigos publicados em O Leitor Especial foram editados a partir de uma seleção de cartas enviadas ao JORNAL DO BRASIL, com assinatura, nome legível, qualificação profissional, endereço e/ou telefone que permita confirmação.